



Contrato de Patrocínio Desportivo N.º CPD/1/DD/2024

**Contrato de Patrocínio Desportivo entre o
Município de Vila Franca de Xira e a sociedade comercial por quotas designada por NOPAINCROSS, Lda.**

ENTRE:

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA, pessoa coletiva de direito público e regime administrativo, de população e território, com o número 506 614 913 e sede na Praça Afonso de Albuquerque, n.º 2, em Vila Franca de Xira, neste ato representado pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Fernando Paulo Ferreira, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e com poderes para o ato, em decorrência do disposto no artigo 35.º, n.º 1, alínea a), e n.º 2, alínea f), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as demais alterações legislativas subsequentes e na redação em vigor, a qual aprova e consagra o Regime Jurídico das Autarquias Locais, doravante designado por **primeiro outorgante**;

E;

NOPAINCROSS, Lda. entidade de direito privado com fins lucrativos sob a forma jurídica de sociedade comercial por quotas, com sede social na Rua do Morgado da Póvoa, n.º 26 RC 2625-229 Póvoa de Santa Iria, pessoa coletiva n.º 514 203 668, neste ato representada pelo seu Gerente, Rúben Figueirinha, com poderes legais para o efeito, doravante designado por **segundo outorgante**;

É celebrado e outorgado o presente contrato de patrocínio desportivo, de acordo com o disposto nos artigos 33.º, n.º 1, alíneas o) e u), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as demais alterações legislativas subsequentes e na redação em vigor, a qual aprovou e consagra o Regime Jurídico das Autarquias Locais, e 9.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com as alterações legais posteriores, republicado pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, e na redação em vigor, o qual contempla e disciplina o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira Objeto e Fins do Contrato

- 1 - Constitui objeto do presente Contrato de Patrocínio Desportivo a cedência gratuita e sem custos tarifários de utilização do Pavilhão Multiusos de Vila Franca de Xira, do Parque Urbano de Vila Franca de Xira e da Piscina Municipal Baptista Pereira, transporte de materiais e pessoas para o evento, limpeza dos espaços e som para o evento, pelo primeiro ao segundo outorgante, nas datas identificadas no número subsequente e exclusivamente nestas.
- 2 - O apoio referenciado no número precedente destina-se a apoiar a realização do evento "*Tactic Games*", o qual decorre nos dias 22 e 23 de junho de 2024.



Cláusula Segunda **Prazo do Contrato de Patrocínio Desportivo**

1. O Contrato de Patrocínio Desportivo ora celebrado entra em vigor na data da respetiva publicitação na página eletrónica do Município concedente, cessando a sua vigência no dia 31 de dezembro de 2024.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o presente contrato reporta a produção dos seus efeitos jurídicos à data da respetiva assinatura.

Cláusula Terceira **Revisão do Contrato**

A revisão do presente Contrato de Patrocínio Desportivo efetua-se de acordo com o disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na redação vigente, com as necessárias e devidas adaptações, nos termos do preceituado no n.º 2 do artigo 9º do mesmo diploma legal.

Cláusula Quarta **Obrigações do Segundo Outorgante**

No âmbito do presente contrato de patrocínio desportivo, o segundo outorgante assume as seguintes obrigações:

- a) assegurar a realização do evento desportivo objeto do presente contrato, melhor identificado no número 2 da precedente cláusula primeira;
- b) afetar o patrocínio desportivo concedido exclusivamente à prossecução do objeto e da finalidade do presente contrato;
- c) remeter e apresentar ao primeiro outorgante os documentos de prestação de contas aprovados pelos órgãos materialmente competentes, nomeadamente o balanço e o relatório de atividades e execução, no âmbito temporal da vigência do presente contrato e referente ao mesmo;
- d) prestar ao primeiro outorgante todas as informações por este solicitadas acerca da execução do presente contrato;
- e) publicitar em todos os meios de promoção e divulgação à sua disposição e ao seu alcance, de forma visível e dentro das condições e possibilidades que para o efeito tiver, o apoio do primeiro outorgante, concedido através do presente contrato;

Cláusula Quinta **Mora e Incumprimento das Obrigações Assumidas pela Segunda Outorgante**

À mora e ao incumprimento do presente contrato é aplicável o regime contido no artigo 28º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com as devidas e necessárias adaptações, em conformidade com o preceituado no número 2 do artigo 9º do mesmo diploma legal.



Cláusula Sexta

Sistema de Acompanhamento e Controlo de Execução do Presente Contrato de Patrocínio Desportivo

Compete ao primeiro outorgante, através dos seus serviços materialmente competentes na área do Desporto, acompanhar e controlar a execução do presente contrato.

Cláusula Sétima

Litígios

Os litígios emergentes da interpretação, execução e cumprimento do presente Contrato de Patrocínio Desportivo em apreço são submetidos a arbitragem, nos termos previstos no artigo 31º Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Oitava

Obrigações Fiscais e para com a Segurança Social

Pela assinatura do presente contrato, o segundo outorgante declara expressamente que nada deve à Administração Fiscal nem à Segurança Social, prestando consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços competentes da entidade concedente, nos termos previstos no n.º 1, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, e no n.º 2, do artigo 25º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Nona

Casos Omissos e Lei aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente estipulado e regulado no presente contrato, mostrando-se omissos no respetivo clausulado, aplicam-se as disposições constantes do regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, aprovado e definido pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com as devidas e necessárias adaptações, nos termos estatuídos pelo n.º 2 do artigo 9º do mesmo diploma legislativo.

Celebrado aos doze dias do mês de junho do ano de 2024, de boa fé, ficando cada uma das partes com um exemplar de igual teor e valor probatório.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante